

Eixo Temático ET-01-001 - Áreas de Atuação do Biólogo

ANÁLISE DOS IMPACTOS SOBRE PROJETO DE REFORMA NA AVENIDA BEIRA RIO, JOÃO PESSOA-PB

Allisson da Silva Pereira; Jôingrida da Silva; Vancarder Brito Sousa

Universidade Estadual da Paraíba - UEPB.

RESUMO

Os processos de urbanização são responsáveis por modificações espaciais, culturais e econômicas no meio-ambiente das cidades. Entre os principais problemas decorrentes dos processos de urbanização sem o devido cuidado socioambiental apresentam-se os relacionados à mobilidade urbana, entre eles: congestionamentos, conflitos entre diferentes modos de transportes, redução na segurança para pedestres, eliminação de áreas verdes. Este projeto de pesquisa analisou o Projeto Caminho Livre, em relação à Avenida Ministro José Américo de Almeida. O objetivo desta pesquisa foi diagnosticar a mobilidade e acessibilidade dos moradores do entorno que utilizam os canteiros centrais desta avenida em seus afazeres diários e lazer; ao mesmo tempo verificar a extensão dos impactos sobre a qualidade do ambiente que será provocada pela retirada da vegetação local. A metodologia aplicada foi de ordem qualitativa na qual foram utilizadas o de diário de campo, entrevistas semi-estruturas e análise de documentos referentes ao projeto de intervenção. Como resultado, verificamos que o modelo de planejamento atual desconsidera as reais necessidades dos pedestres e torna a cidade, cada vez menos propícia ao convívio das pessoas, inibindo a caminhada e promovendo a motorização individual, embora esta esteja repleta de aspectos negativos econômicos e sociais. (UEPB)

Palavras-chave: Mobilidade urbana; Trânsito de pedestres; Vegetação urbana.

INTRODUÇÃO

Com o aumento do processo da urbanização e crescimento demográfico, percebe-se que existe um imenso conflito sobre o que representa um ambiente natural para população. A partir do momento que o sistema econômico obriga as pessoas a desenvolverem projetos físicos e urbanísticos para suprirem a demanda de mercado, começam a existir uma grande corrida em engenharia de produção que só trazem grandes danos a natureza.

Moraes em estudo, afirma que aliado a toda degradação ambiental, o processo de urbanização trás grandes danos a qualidade de vida e exclusão social. Pois, com a diminuição de áreas verdes e aglomeração da população em lugares impróprios, acomete em grandes problemáticas relacionada à insustentabilidade da saúde coletiva, como dificuldade de uma resolução balanceada por parte do poder público (HENRIQUE, 2004; ALVES, 2009).

Os espaços livres e áreas verdes exercem um importante papel na formação indenitária dos lugares, muitas vezes ressaltando as características físicas do sitio, sendo um refugio do modelo de cidade urbanizada, pois a vegetação além de esta relacionada com melhoria de vida, também propicia um distanciamento do artificial desenvolvido pelo homem, onde este desenvolvimento artificial está sendo corriqueiro nas vidas dos cidadãos (PIZZOL, 2006).

O Projeto Caminho Livre, da Prefeitura Municipal de João Pessoa, sob responsabilidade da Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMOB), visa a um conjunto de ações e melhorias para o trânsito na cidade. A Avenida Ministro José Américo de Almeida (popularmente conhecida por Beira Rio), será afetada em grande proporção por esse projeto, onde dessa área serão retirada todas as árvores e outras vegetações em uma distância de três quilômetros.

A presente pesquisa visa a diagnosticar os impactos ambientais que serão causados pela retirada das árvores, bem como da eliminação do canteiro central sob a perspectiva dos moradores em função da mobilidade dos mesmos.

OBJETIVOS

O objetivo desta pesquisa foi diagnosticar a mobilidade e acessibilidade dos moradores do entorno que utilizam os canteiros centrais desta avenida em seus afazeres diários e lazer; ao mesmo tempo verificar a extensão dos impactos sobre a qualidade do ambiente que será provocada pela retirada da vegetação local.

METODOLOGIA

Realizamos uma pesquisa de campo com auxílio da observação direta, registro de informações em diário de campo e entrevistas semi-estruturadas com membros da comunidade afetada pelo projeto da Prefeitura. Também foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com representantes do movimento João Pessoa que Queremos (JPQQ) para ampliar a compreensão sobre os objetivos e consequências do Projeto em tela. As observações diretas foram realizadas em dias e horários alternados para melhor compreensão dos usos das calçadas e do canteiro central pela comunidade do entorno.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Primeiramente realizamos um reconhecimento de toda a extensão da Avenida Beira Rio objetivando diagnosticá-la em relação à mobilidade e acessibilidade. Nesta observação ficou caracterizada a precariedade da mobilidade e do acesso representados por calçadas sem padronização, paradas de ônibus sem conforto para os usuários e insuficiência de acessos para cadeirantes. Avenida Beira-Rio não possui um padrão de tamanhos das calçadas, onde em verificamos que o tamanho das calçadas varia de 0,5 a 1,1 m, em trechos das áreas de comércio, hospitalar e colégios, verificamos que as calçadas se alargavam em função do recuo das casas, chegando a apresentar em média 1,75 m. Também foram realizadas entrevistas com a população, onde os moradores inicialmente desconheciam o Projeto Caminho Livre, e afirmavam que usavam o canteiro central para seus afazeres diários e para lazer, como caminhar, pedalar, caminho para escola e trabalho, além de facilitar a travessia da Avenida.

As próximas visitas se caracterizaram por levantamento fotográfico e observação dos usos do local pela população e agendamento com um representante da Associação de Moradores da Comunidade Padre Hilton Bandeira. Ao voltarmos, conversamos com um representante da Associação sobre o conhecimento quanto ao Projeto Caminho Livre, e ele nos forneceu várias informações: “-Bem, pelo que eu sei! Será retirado 2 metros de todas as vias de veículos, só que será retirado 1 m do canteiro central, e 1 m de cada calçada. E olhe! Não será retirada as árvores do canteiro central!”. Informação essa que levaria eliminação dos fatores de independência, que tratam da acessibilidade de pedestres e portadores de necessidades especiais de locomoção (ABNT, 2004). Assim, como a avenida não apresenta um padrão de tamanho nas calçadas, com a retirada desse um metro, os pedestres em alguns locais não teriam nenhum espaço seguro para poder andar.

O mesmo informante afirmou que a implantação do projeto seria útil, pois diminuiria os cruzamentos e beneficiaria toda a comunidade no deslocamento diário, ele constou que não é contra a retirada das árvores, mas caso ocorresse isso, teria uma mobilização da população em plantar vegetais de pequeno porte para integridade do local. Quanto à retirada das árvores este representante afirmou que: “É um mal, em prol do bem!”.

Em relação aos órgãos públicos (prefeitura municipal e SEMOB) foram tentadas várias formas de comunicação, e agendamentos, porém não foi possível uma conversa presencial, assim a única informação recebida desses órgãos foi que “todas informações sobre o Projeto Caminho Livre referente à Avenida Ministro José Américo de Almeida está na publicação no site da SEMOB”. O projeto apresentado no site da SEMOB (2012) tem apenas um parágrafo referente ao projeto na Avenida Beira Rio, onde ocorrerá a formação de mais uma faixa de rolamento em cada lado do canteiro central que aumentará em cinquenta por cento a capacidade da via. Com a recusa da parte da prefeitura em esclarecer as lacunas do projeto muitas dúvidas sobre sua execução permanecem junto à sociedade, em especial ao movimento João Pessoa que Queremos (JPQQ).

O JPQQ é um grupo aberto, que luta a favor de melhorias urbanísticas para a cidade. Devido a intervenção do movimento ocorreram atrasos das obras na Avenida. O movimento em

um ano e meio já conseguiu três audiências públicas com a presença de representantes e chefe de gabinete da SEMOB. Nas audiências o Projeto não foi apresentado pelos representantes da Prefeitura, Gerando inquietação nos cidadãos que pleiteiam o direito de acesso a informação.

CONCLUSÕES

Como visto que muitos moradores não sabiam do projeto, é notável que os órgãos públicos não apresentem uma política de transparência, visto que em nenhum momento foi mostrado e comunicado um projeto oficial com todas as informações de mudanças que iriam ocorrer na Avenida, e não estão em sintonia com a população, propondo intervenções sem diálogo com a sociedade e as comunidades atingidas pelas reformas.

REFERÊNCIAS

- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT-NBR 9050-2004. Acessibilidade e edificações mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, ABNT, 2004. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2015.
- ALVES, P.; RAIA JUNIOR, A.A. Mobilidade e acessibilidade urbanas sustentáveis: a gestão da mobilidade no Brasil. Anais do VI Congresso de Meio Ambiente da Associação de Universidades Grupo de Montevideu - AUGM Ambiente, São Carlos, 2009.
- HENRIQUE, C. S. **Diagnóstico espacial da mobilidade e da acessibilidade dos usuários do sistema integrado de transporte de Fortaleza**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2004. (Dissertação de Mestrado do Programa de Mestrado em Engenharia de Transportes).
- MORAES, I. R. O Processo de Urbanização e o Estudo de Impacto de Vizinhaça. In: CONPEDI. Belo Horizonte. Desafios do Direito Urbanístico. 2007.
- PIZZOL, K. M. S. A. A dinâmica urbana; uma leitura da cidade e da qualidade de vida no urbano. **Caminhos da Geografia**, v.07, p. 1-7, 2006.
- SEMOB, **Ações, Programas e Projetos de Mobilidade Urbana**, 2012. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/semob/mobilidade-urbana/>>. Acesso em: 05 mar. 2015.